

Mestrado

Em Busca da Honra: Os pedidos de hábitos da Ordem de Cristo na Bahia e Pernambuco, 1644-1676

Thiago Krause¹

Delimitação do objeto

Pede a Vossa Majestade que respeitando a tudo que alega, lhe faça mercê de mandar deferir o hábito de Cristo que pediu com quarenta mil réis de tença de renda efetiva, e se for necessário desiste para isso do Alvará de Lembrança [de um ofício] por querer antes seus serviços autorizados com honras de Vossa Majestade que com proveito.

Consulta do Conselho Ultramarino sobre o Capitão Pedro de França de Andrade, que pede mercê por seus serviços [prestados na Bahia na luta contra os neerlandeses]. Lisboa, 28/04/1656.

O império ultramarino português na época moderna caracterizou-se pela fragmentação e complexidade², a par com a pluralidade do direito e da administração do Reino, especialmente no século XVII³. A extensão dos domínios oceânicos de Portugal exigiu o desenvolvimento de mecanismos para possibilitar seu governo, conectando e enlaçando áreas dispersas através da circulação de homens, mercadorias e instituições⁴.

As relações entre os vassallos e a monarquia eram essenciais para a construção destes laços. Um tipo específico de relação foi muito importante: o oferecimento de serviços pelos súditos e sua remuneração pela Coroa através de mercês, constituindo a *economia de mercê* ou *da graça*. Para entendermos seu funcionamento, é necessário estudar o pólo menos conhecido: os vassallos, os serviços que apresentam e as mercês que requerem.

Ainda nos vemos, porém, ante um objeto por demais amplo. Escolhi então uma “conjuntura crítica” no Império Português⁵, o período da Restauração Portuguesa (1640-1668). Nestes anos, a recém-entronada dinastia bragantina guerreava em várias frentes para preservar seu reino e seu império, inclusive a América Portuguesa, ao mesmo tempo em que buscava

¹ Thiago Nascimento Krause, mestrando em História na UFF. Projeto de mestrado aprovado em primeiro lugar pela banca de História Moderna do programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, apresentado no processo seletivo de 2007/2008.

² A enormidade da discussão e a exigüidade do espaço impossibilitam o tratamento adequado deste tema neste projeto. Limito-me a indicar o instigante debate a partir de FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, especialmente HESPANHA, António M. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, pp. 163-88, criticado em SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, *maxime* pp. 27-77, e a réplica de HESPANHA, António M. “Depois do Leviathan”. *Almanack Brasiliense*, n. 5, Maio 2007, pp. 55-66.

³ Cf. principalmente os trabalhos de António M. Hespânia, e.g. “As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna” In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Portugal, EDUSC/Editora UNESP/Instituto Camões, 2001, pp. 117-81.

⁴ RAMINELLI, Ronald. “Serviços e mercês de vassallos da América Portuguesa”. *Historia y Sociedad*, n. 12, 2006, pp. 107-10. Para análises mais pormenorizadas desta circulação, cf., dentre outros, a citada coletânea.

⁵ No dizer de SOUZA, Laura de Mello e. “Motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII y XVIII”. In: TANDETER, Enrique & LEHUEDÉ, Jorge Hidalgo (orgs.). *Historia General de América Latina: procesos americanos hacia la redefinición colonial*. Paris, Ediciones Unesco/Editorial Trotta, 2000, v. 4, pp. 459-473.

reforçar os laços dos vassallos com a nova dinastia, num contexto de muita fragilidade, tanto interna quanto externamente. Em consequência, este foi um período de intensa produção de serviços, notadamente militares⁶.

Neste contexto, a Coroa criou em 1643 o Conselho Ultramarino, único entre os diversos conselhos régios, pois deveria centralizar um grande número de atribuições distintas referentes ao Ultramar. Seu poder, porém, foi limitado pela perda de jurisdições para outros tribunais régios. Tornou-se então apenas um dos pólos de deliberação sobre a condução da guerra nas conquistas, mas conseguiu reconstruir as redes de comunicação com uma parte das elites ultramarinas, indispensáveis para a condução da guerra, através das câmaras, “persistindo no discurso dos merecimentos dos vassallos das Conquistas, e na necessidade de atender suas representações”. Manteve também um poder muito valorizado: a consulta das mercês, a qual dedicaria a maior parte do tempo nos seus primeiros trinta anos⁷, mas que ainda não foi estudada em detalhe.

Uma das questões que exigiu a atenção do Conselho Ultramarino foi a guerra contra os neerlandeses na América. Aqui, a luta se arrastou até 1654 e foi motivo de pedidos de mercês nas décadas seguintes, especialmente nas capitânias que participaram mais diretamente do conflito: Bahia e Pernambuco. Procurarei entender, então, como se dava a relação entre os vassallos e a monarquia dentro da economia de mercê através da mediação deste Conselho.

A maioria absoluta destes requerimentos incluía hábitos da Ordem de Cristo entre as mercês pedidas, e ocorreu principalmente no período entre 1644 e 1676, como foi possível verificar a partir de um exame preliminar das fontes (embora algumas mercês tenham sido concedidas por D. João IV em retribuição a serviços na luta contra os neerlandeses desde 1641). Estabeleci assim o recorte temporal da pesquisa, cujo término coincide com uma virtual exaustão do patrimônio da Coroa⁸. Nesse período, praticamente todos os requerimentos se referiam a serviços prestados na guerra contra os neerlandeses, tendência que se reverte nos anos seguintes. Não trabalharei com os pedidos relacionados à luta contra índios e quilombolas, por serem raros e pouco importantes para a Coroa lusa, ainda mais neste contexto crítico, de peijas contra flamengos e espanhóis.

Por que a escolha da Ordem de Cristo? Um exame inicial da documentação indicou que a mercê mais requisitada era o hábito desta Ordem, quase onipresente. Os pedidos em que ele não é mencionado são poucos, geralmente pequenas ajudas financeiras e postos e ofícios, em sua maioria militares. Em segundo lugar, destacam-se a amplitude e qualidade da historiografia destinada a esta instituição. Por último e mais importante, esta era a principal Ordem Militar lusa, um essencial veículo de nobilitação e uma das principais mercês régias.

Debate historiográfico

Os livros não são feitos para acreditarmos neles, mas para serem submetidos a investigações.

⁶ Sobre este tema, cf. MONTEIRO, Nuno G. “A Guerra da Aclamação” In: BARATA, Manuel T. & TEIXEIRA, Nuno S. (dirs.), HESPANHA, António M. (org.). *Nova História Militar de Portugal*, v. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 268-81; numa perspectiva um pouco distinta, cf. VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração, 1640-1680*. (trad.) Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006 [1998].

⁷ BARROS, Edval de Souza. “*Negócios de Tanta Importância*”: O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2004, *passim*; citação à p. 339; sobre as mercês, pp. 81-2. Para um estudo prosopográfico deste conselho, cf. MYRUP, Erik L. *To Rule from Afar: The Overseas Council and the Making of the Brazilian West, 1643-1807*. Tese de Doutorado. New Haven, Yale, 2006, *maxime* pp. 61-139. Para o seu necessário enquadramento no contexto dos outros órgãos da monarquia, cf. BICALHO, Maria Fernanda. “As Tramas da Política” In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (orgs.). *Na Trama das Redes: Política e negócios no imperio português, sécs. XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008 (no prelo).

⁸ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa, Estar, 2001, p. 121.

Frei Guilherme de Baskerville, em “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco (1980).

Em dois escritos publicados em 1993 (o segundo em co-autoria com Ângela Barreto Xavier), António Manuel Hespanha enfatiza a importância da tríade *dar, receber e retribuir*, iniciando a discussão sobre a *economia moral do dom* ou *da graça*, a partir dos trabalhos de Marcel Mauss sobre a dádiva. No primeiro, Hespanha parte de fontes doutrinário-filosóficas para enfatizar que o complexo universo normativo do Antigo Regime é dominado pela idéia de que cada um deve se enquadrar numa ordem natural pré-fixada, na qual o primeiro preceito da justiça é “dar a cada um o que é seu”. Neste sentido, os dons são objeto de uma regulação detalhada que os priva da espontaneidade e os transforma em cadeias de mercês que estruturam a política. A partir de Mauss, Hespanha destaca a obrigatoriedade do dom e como este escapa da lógica comercial, pois se baseia na busca de ganhos simbólicos. Desta maneira, reforçam-se as posições de ambos os pólos da relação, através da produção de dons e contra-dons – serviços e mercês. O rei se legitima ao honrar os vassallos, mesmo frente aos que não participam diretamente desta relação; os súditos, por sua vez, reforçam ou melhoram sua posição na sociedade. Entretanto, a liberalidade do rei deve seguir uma justa medida, recompensando adequadamente os súditos, de acordo com seus merecimentos e qualidades. Em consequência, o processo de concessão e requisição de mercês é cada vez mais burocratizado⁹. Escrevendo com Ângela Barreto Xavier, Hespanha acrescenta que as mercês variavam de acordo com a posição social de cada um, tanto na atribuição quanto na possibilidade de prestar serviços, e que esta é uma relação de poder, assimétrica por definição¹⁰.

Entretanto, Hespanha reconhece que “somente os estudos empíricos podem verificar a eficácia prática dessa representação da recompensa dos serviços”¹¹. Em resposta a essa necessidade, Fernanda Olival faz uma análise dos discursos políticos da época, aprofundando as conclusões de Hespanha. Destaca, assim, a importância da justiça distributiva, dando a cada um de acordo com seu merecimento, dentro do ideal de construir uma sociedade justa de desigualdades, estratificada, mas móvel. “Através dela garantiam-se os privilégios, que definiam os diferentes corpos do Reino, ao mesmo tempo que o Príncipe assegurava a obediência e o amor dos seus vassallos, indispensáveis ao serviço”¹². O mais importante, porém, é seu estudo do funcionamento desse mecanismo, através de uma larga pesquisa sobre a distribuição e significado dos hábitos e comendas da Ordem de Cristo.

Como as mercês eram, em sua maioria absoluta, concedidas em retribuição a serviços, Olival discorda da expressão “economia da graça”, já que as mercês dadas gratuitamente pelo rei eram muito raras¹³. Assim, os vassallos serviam tendo em vista recompensas, incorporando e reelaborando na prática os preceitos doutrinário-ideológicos da época. Os serviços tornavam-se patrimonializáveis, e a partir deles abria-se um espaço de negociação entre as elites alargadas e o Estado Moderno; as primeiras eram estimuladas a agir em favor da Coroa em busca de honrarias que somente esta lhes poderia conceder. Embora nem todos os serviços fossem recompensados¹⁴, a remuneração de uma parte dos vassallos podia fazê-los crer que a

⁹ “Les autres raisons de la politique. L’ économie de la grâce” In: SCHAUB, Jean-Frédéric (ed.). *Recherches sur l’histoire de l’État dans le monde ibérique (XVe.-XXe. siècles)*. Paris, Presses de l’École Normale Supérieure, 1993, pp. 67-86.

¹⁰ “As redes clientelares” In: MATTOSO, José (ed.) & HESPANHA, António M. (org.). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 381-93. Cf. também, no mesmo livro e dos mesmos autores, “A representação da sociedade e do Poder”, pp. 122-32, sobre a o paradigma corporativo de sociedade, a justiça e o papel do rei.

¹¹ “Les autres raisons de la politique”, art. cit., p. 83, tradução minha.

¹² OLIVAL. ob. cit., pp. 15-38, citação à p. 20.

¹³ Cf. réplica em HESPANHA. “Depois do Leviathan”, art. cit., p. 59, nota 13, embora o autor reconheça que este é um assunto de pouca importância.

¹⁴ Como demonstra Laura de Mello e Souza em ob. cit., pp. 350-402, *maxime* 401-2.

obrigação real havia sido cumprida, mesmo que com algumas injustiças¹⁵, situação potencializada pela ostentação das mercês pelos agraciados.

Servir ao rei tornou-se praticamente um meio de vida para pessoas de estratos sociais distintos, aos quais correspondiam recompensas variadas. Desta maneira, a economia de mercê ajudou a criar um alargado consenso, modelando em certa medida a mobilidade social e atuando efetivamente como um instrumento de controle social. A Coroa consolidava-se, assim, como centro distribuidor de distinções, reforçando seu poder de influir nas hierarquias e práticas sociais. A economia de mercê constituía-se como um dos pilares do Estado Moderno, sustentada em larga medida pelo Império ultramarino, que também oferecia múltiplas oportunidades de serviços¹⁶, especialmente em momentos críticos, nomeadamente conflitos bélicos, quando eram agraciados especialmente os oficiais militares¹⁷: “a situação de guerra era indissociável da distribuição de mercês”¹⁸. Percebe-se, portanto, que “não obstante a proclamada equiparação ou preferência das letras às armas, estas nunca deixaram de ser privilegiadas nos imaginários nobiliárquicos. Os serviços feitos na ‘guerra viva’ nunca tiveram equivalente”¹⁹.

Para as conquistas americanas, estudos recentes destacaram a importância das mercês – especialmente os ofícios régios – na constituição da elite colonial e na transferência de valores estamentais para a América. Manteve-se a centralidade da *qualidade* na estruturação da sociedade colonial, ainda que reelaborada no contexto colonial escravista e fortemente relacionada à conquista, posse de cativos e exercício de postos na governança²⁰.

Mas as mercês honoríficas também eram essenciais na conformação das elites. A honra jogava um papel essencial na estratificação social e na manutenção dos privilégios (inclusive fiscais e jurídicos) em sociedades com características estamentais, pois estava diretamente ligada à reputação e à legitimidade da posição social, através da exibição de uma maneira de viver correspondente. Na sociedade de Antigo Regime, em que a religião tinha um significado fundamental, a honra possuía uma relação intrínseca com a pureza de fé, transmitida pelo sangue. Daí a essencialidade da *limpeza de sangue* – isto é, não descender de judeus, mouros ou pagãos – para a conformação da honra desde meados do século XVI em Portugal, com a instalação da Inquisição e da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Assim, a limpeza de sangue atuou como um dos fatores legitimadores da dominação, pois passou a ser

¹⁵ Como sugere RICÚPERO, Rodrigo M. “*Honras e Mercês*”. Poder e Patrimônio nos primórdios do Brasil. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2005, p. 57.

¹⁶ BICALHO, Maria Fernanda. “Conquista, Mercês e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. *Almanack Braziliense*, n. 2, Novembro 2005, p. 22.

¹⁷ Para a economia de mercê, cf. OLIVAL. ob. cit., *passim*, *maxime* pp. 39, 77, 86 e 107-62. Laura de Mello e Souza criticou de passagem estas reflexões, embora reconheça sua importância. Seu foco, entretanto, é principalmente o século XVIII. Cf. ob. cit., pp. 60, 72-3. Ainda assim, sua advertência sobre a necessidade de adaptar a teoria de Mauss para utilizá-la no universo do capitalismo nascente será levada em conta.

¹⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo, Editora UNESP, 2005, p. 85.

¹⁹ MONTEIRO, Nuno G. “O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack Braziliense*, n. 2, Novembro 2005, p. 10, que porém tem reservas sobre a extensão do conceito de “guerra viva” às conquistas.

²⁰ Cf. os diversos trabalhos de João Fragoso (que também destaca a importância da Câmara), *maxime* “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. *Topoi*, n. 1, 2000, pp. 45-122; “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”. *Tempo*, n. 15, 2003, pp. 11-35; “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)” In: Id., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 33-120. Numa perspectiva distinta mas com resultados semelhantes, cf. RICÚPERO. ob. cit.

valorizada também pelos dominados²¹. Por isso, “em Portugal a honra também era questão do Estado Moderno e não apenas da sociedade”²².

Entretanto, numa sociedade cujo ideal era “viver à maneira nobre ‘com cavalos, escravos e criados’ e com rendimentos preferencialmente sustentados por bens de raiz”²³, a característica principal para alcançar o limiar da nobreza era a *limpeza de mãos*, isto é, o não-exercício de trabalhos manuais, de modo a não incorrer em defeito mecânico. Assim, a honra fundamentava-se principalmente na “distinção essencial nobre/mecânico, adoptada em Portugal pelo menos desde finais do século XVI”²⁴, embora isto tenha sido complexificado no Brasil pela presença maciça da escravidão.

Com o aval da Coroa, as elites locais fortaleciam seu prestígio e privilégios, tornando-se mais poderosas, inclusive a nível local, ao mesmo tempo em que reforçavam seus laços com a monarquia, reconhecida como legitimador da sua posição social²⁵. O recente livro de Maria Beatriz Nizza da Silva demonstra os esforços dos vassallos coloniais em busca de mercês, acumulando-as, não só para reforçar sua posição, mas também para melhorá-la. Como a maioria dos colonizadores era originária do braço popular, foi fundamental o processo de nobilitação²⁶. Este processo, porém, não englobou todas as elites coloniais, as quais também se constituíram por outras vias.

Para entender a multiplicidade de mercês nobilitantes na América, é preciso relembrar um fenômeno mais amplo no mundo lusitano: a ampliação da nobreza em sua base – acompanhada da restrição cada vez maior de seus privilégios – e a cristalização em seu topo. É o primeiro movimento que nos interessa, expresso na *nobreza política*, concedida pelo monarca e inferior à nobreza *natural* ou fidalguia, mas acima da plebe²⁷.

As Ordens militares exerceram um papel crucial neste processo. Para a ampliação da base, contribuiu decisivamente a larga distribuição de hábitos, honrarias nobilitantes acompanhadas de um pequeno rendimento monetário (tença), que implicavam privilégios jurídicos – foro especial e imunidade contra punições desonrosas – e fiscais²⁸. Por outro lado, as comendas, elevados rendimentos de difícil acesso, concentraram-se nas mãos da primeira nobreza do reino, tornando-se raras e cobiçadas.

Fundada em 1319 como ordem religiosa e militar, a Ordem de Cristo perdeu paulatinamente seu caráter eclesiástico, ao mesmo tempo em que a Coroa aumentava seu poder sobre ela, até que em 1551 ocorreu a incorporação das três Ordens. A Coroa procurou valorizar a Ordem de

²¹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo, Perspectiva, 2005 [1983], 3ª ed. rev. e amp.; cf. também OLIVAL. ob. cit., pp. 283-358.

²² OLIVAL. ob. cit., p. 393.

²³ Id. “Juristas e Mercadores à conquista das honras” In: GODINHO, Vitorino Magalhães, VALÉRIO, Nuno e FERREIRA, Jaime (dirs.). *Revista de Historia Económica e Social*, n. 4, 2ª série/2º semestre de 2002, p. 32; cf. também Id., ob. cit., pp. 359-400.

²⁴ MONTEIRO, Nuno G. “Elites locais e mobilidade social em Portugal em finais do Antigo Regime”. [1997] In: Id. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 49. Minhas principais referências para o conceito de honra são MARAVALL, José A. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madri, Siglo XXI, 1989 [1979], 3ª ed., pp. 13-145 e MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: Uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000 [1989], 2ª ed. rev., *maxime* pp. 27-8, que também parte de uma bibliografia sobre a Espanha para tratar da honra na sociedade colonial.

²⁵ RAMINELLI. art. cit., pp. 126-7.

²⁶ ob. cit., embora a amplitude do seu recorte (1532-1822) impossibilite uma abordagem exaustiva.

²⁷ MONTEIRO, Nuno G. “Poder Senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia” In: MATTOSO, José (ed.) HESPANHA, António M. (org.). ob. cit., pp. 333-8; mais recentemente, cf. Id. “17th and 18th century Portuguese Nobilities in the European Context: A historiographical overview”. *e-Journal of Portuguese History*, v. 1, n. 1, Verão 2003, pp. 1-4.

²⁸ Cf. o artigo seminal de Francis A. Dutra, durante décadas a principal referência sobre a Ordem de Cristo: “Membership in the Order of Christ in the Seventeenth Century: Its rights, privileges, and obligations”. *The Americas*, 27:1, Julho de 1970, pp. 18-9.

Cristo, sob seu controle direto desde 1495 e por isso mais identificada com o monarca, de modo que a partir de meados do XVI esta já era a Ordem mais importante, sendo dela a maioria absoluta dos hábitos e comendas requisitados pelos vassallos e distribuídos pela monarquia. Seu prestígio, portanto, era maior que o das outras Ordens²⁹. A adoção em 1570 dos estatutos de pureza de sangue e ocupação reforçou sobremaneira o papel nobilitante dos hábitos, pois através das provanças garantia-se a limpeza dos cavaleiros e conseqüentemente sua honra. Na realidade, o rigor desta investigação era variável, especialmente em áreas onde a Coroa precisava de vassallos e servidores para assegurar seu domínio, mas o hábito mantinha sua importância como marca de limpeza de sangue e mãos³⁰.

Apesar das mudanças, o passado medieval desta ordem, guerreiro e religioso, continuou presente no plano simbólico e das representações, contribuindo para a construção do seu prestígio³¹, pois “a sociedade das elites representava-se como um mundo de cavaleiros”³². A vasta distribuição de hábitos fazia com que pessoas de posições sociais muito variadas atingissem o *status* de cavaleiro da Ordem, embora sua participação na população portuguesa como um todo jamais ultrapassasse 0,2% (porcentagem provavelmente ainda menor nas conquistas). O que unificava a todos era o serviço à Coroa; embora não formassem uma elite una, quase todas as elites lusas se tornavam cavaleiros. Desta maneira, os cavaleiros “formavam uma elite dos vassallos da Coroa”³³. Neste sentido, meu trabalho pretende inserir-se numa história social das elites e do poder, seguindo uma tendência da historiografia atual que procura dar rostos ao poder, de modo a compreender melhor os processos de dominação e hierarquização³⁴.

Após este panorama geral voltado para o período que nos ocupa, vamos à conjuntura específica do meu recorte. Entremendo análise e narrativa, Charles R. Boxer enfatizou em seus trabalhos seminais sobre as guerras contra os flamengos o caráter global da luta, que inicialmente foi hispano-neerlandesa. Sua visão ampla é essencial para entendermos que o enfraquecimento do poderio ibérico é o principal responsável por Pernambuco não ter recebido o mesmo socorro decisivo que a Bahia obtivera em 1625, após ter sido conquistada pelos neerlandeses no ano anterior. O historiador inglês destacou a luta quase constante nos 24 anos de domínio flamengo e a participação da Bahia no conflito – tanto enviando forças para combate quanto sendo atacada em diversos momentos –, inserindo sempre a guerra no contexto da diplomacia e dos conflitos europeus, ao qual a luta no Atlântico Sul estava diretamente relacionada. Demonstrou também as incertezas da época, que duraram até o tratado de paz ratificado em 1669 com os Países Baixos. Embora tenha destacado a essencialidade do açúcar e da escravidão para a manutenção da independência portuguesa, Boxer afirma que D. João IV não apoiou a revolta luso-brasileira em 1645 por estar majoritariamente preocupado com o cenário diplomático europeu e necessitado do apoio das Províncias Unidas³⁵.

²⁹ OLIVAL. ob. cit., *maxime* pp. 39-57 e 169-186.

³⁰ Sobre este ponto, cf. RAMINELLI. art. cit. Cf. também OLIVAL. ob. cit., pp. 206-13 e 287.

³¹ OLIVAL, Fernanda. “Structural Changes within the 16th-century Portuguese Military Orders”. *e-Journal of Portuguese History*, v. 2, n. 2, Inverno 2004, pp. 1-20.

³² MONTEIRO. “O ‘Ethos Nobiliárquico em finais do Antigo Regime”, art. cit., p. 9. Cf. também MARAVALL. ob. cit., p. 73, que destaca a “função conservadora” da honra cavalheiresca.

³³ OLIVAL, Fernanda. “An Elite? The Meaning of Knighthood in the Portuguese Military Orders of the Seventeenth and Eighteenth Centuries”. *Mediterranean Studies*, v. 15, 2006, pp. 117-26, citação à p. 126, tradução minha.

³⁴ Além da maior parte da historiografia citada até o momento, cf. HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

³⁵ *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. (trad.) São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973 [1952], pp. 55-82 e 124-317; *The Dutch in Brazil: 1624-54*. Oxford, Clarendon Press, 1957 e *O império marítimo português: 1415-1825*. (trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 2002 [1969], pp. 120-140.

José Antônio Gonsalves de Mello demonstrou, porém, que “o rei tinha conhecimento e aprovava o projeto de libertar, por um golpe de força, a Capitania de Pernambuco, do poder holandês, de cuja execução encarregara o seu governador-geral”, embora depois tenha feito de tudo para negar sua participação frente às Províncias Unidas. Comprovou, assim, que a Restauração portuguesa tornou mais próxima a idéia da revolta em Pernambuco, estreitando os contatos entre Lisboa, Pernambuco e Salvador com este fim. Mais importante, sua análise profunda da situação de Pernambuco desvela os motivos locais para a revolta em 1645: econômicos – tanto em razão da guerra quanto da baixa do açúcar no mercado internacional, o que resultou num grande endividamento dos senhores de engenho; culturais – especialmente religiosos; a situação de conflito constante; e os abusos dos neerlandeses. Por último, atentou para a liderança da açucarocracia, devido a sua capacidade de mobilizar seus dependentes e à necessidade de assegurar sua posição e recuperar o poder perdido durante o domínio flamengo³⁶.

Através de uma vasta pesquisa, Evaldo Cabral de Mello segue o caminho aberto por seu “mestre e primo” José Antonio, ampliando, aprofundando e revisando as conclusões da historiografia que lhe precedeu. Destaco aqui sua ênfase no fato de que a guerra foi sustentada pelos recursos da sociedade colonial. Na guerra da resistência (1630-7), a importância de tropas européias era significativa, mas reduziu-se em muito na guerra da restauração (1645-54), inserida no contexto da Aclamação portuguesa, quando o Reino estava mais preocupado em defender suas fronteiras contra a Espanha. Assim, os coloniais predominaram largamente na “gente da guerra”, inclusive no oficialato. Sua análise pioneira dos militares continua sendo praticamente a única para este período. Cabral de Mello também examinou as consequências da guerra para a principal divisão social intra-elites da capitania até meados da década de 1670, ou seja, até o fim do período que nos ocupa: “o choque de interesses entre os senhores de engenhos e de outras propriedades confiscadas pela W.I.C. e os novos proprietários luso-brasileiros a quem ela os vendeu”, conflito no qual a Coroa procurou não interferir, pois necessitava do apoio de ambos os grupos³⁷.

Stuart B. Schwartz destacou a importância da restauração da Bahia em 1625, inclusive para a requisição de mercês³⁸. Luiz Felipe de Alencastro também contribuiu significativamente para o estudo da guerra contra os flamengos em obra recente, pois aprofundou a perspectiva de Boxer, analisando estes conflitos no contexto do Atlântico Sul. Um ponto importante de seu livro é sua classificação da guerra contra os flamengos como a “primeira ação coletiva luso-brasílica considerada como uma ‘guerra viva’ a serviço da Coroa” – logo, merecedora de mercês –, o que ensejou “uma repactuação política entre o centro e a periferia imperial”³⁹.

É preciso agora examinar as sociedades em estudo. O trabalho de Stuart B. Schwartz continua a ser a principal referência para a sociedade baiana colonial, inclusive em meados do XVII. O brasilianista destaca que, ao sistema metropolitano de estratificação social, a situação colonial acrescentou gradações e diferenciações, derivadas principalmente da escravidão, que, no entanto, acabaram por reforçar a hierarquização. As “múltiplas hierarquias ainda eram jurídica

³⁶ *João Fernandes Vieira*: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa, CNCDP, 2000 [1956], pp. 75-305, citação à p. 168. Reflexões neste sentido já estão presentes em Id. *Tempo dos Flamengos*: Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil. Rio de Janeiro, Topbooks/Univercidade, 2007 [1947], 5ª edição, e.g. pp. 123-6, 173, 242-3, especialmente sobre a importância da religião.

³⁷ *Olinda Restaurada*: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. São Paulo, Ed. 34, 2007 [1975], 3ª ed. definitiva, citação à p. 318.

³⁸ “The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640”. *The American Historical Review*, Vol. 96, n. 3, Junho de 1991, pp. 735-62.

³⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 105-14, 209-307, citações à p. 303. Sobre a luta contra os neerlandeses como “guerra viva”, cf. também duas passagens de consultas do Conselho Ultramarino transcritas em BARROS. ob. cit., pp. 290 e 306 e BICALHO. “Conquista, Mercês e Poder Local”, art. cit., pp. 32-3.

e teoricamente concebidas nos limites e graduações da sociedade por ordens” e, por isso, as distinções originalmente metropolitanas ainda eram essenciais⁴⁰, como a limpeza de sangue⁴¹. Em relação a Pernambuco, Evaldo Cabral de Mello destaca a importância da ocupação neerlandesa e da guerra para a conformação social particular da capitania. A partir deste conflito a açucarocracia produziu o discurso nativista de cunho nobiliárquico através do qual este grupo confiscava a restauração, de modo a reivindicar privilégios frente à Coroa e legitimar sua dominação local. No período que me toca, a açucarocracia iniciou a construção ideológica que acabaria por efetivar sua metamorfose em “nobreza da terra” – fundada, em última análise, na propriedade açucareira. Desde 1654 a distinção entre os que haviam combatido e os recém-chegados era essencial e objeto de disputa no interior dos militares, funcionários e senhores de engenho. Entretanto, com a aceleração da imigração reinol e o enriquecimento dos mascates, estes se tornaram os principais adversários da açucarocracia em meados da década de 1670, com a resolução da querela dos engenhos e a diminuição dos conflitos internos no grupo. Meu recorte, portanto, engloba este momento inicial de constituição deste discurso e metamorfose deste grupo, até o começo do acirramento dos conflitos contra a mascataria reinól-recifense. Com a exacerbação das diferenças estamentais neste contexto, a honra torna-se uma questão ainda mais essencial, inclusive a limpeza de sangue⁴², situação talvez reforçada pelo recente contato com os judeus durante o domínio neerlandês⁴³. O fato da familiatura do Santo Ofício ter sido disseminada apenas no século XVIII⁴⁴ fazia com que os hábitos das Ordens Militares fossem uma das mais importantes maneiras de garantir e demonstrar essa pureza.

É nesta sociedade que se inserem os militares, alguns de origem subalterna⁴⁵, reinóis ou coloniais, capazes de ascender socialmente ao galgar altos postos e obter mercês. Os trabalhos seminais sobre a remuneração dos serviços prestados na luta contra os neerlandeses são as biografias dos principais restauradores de Pernambuco publicadas por José Antônio Gonsalves de Mello. Seus estudos exemplares demonstram a negociação entre os vassallos e a Coroa através da intermediação do Conselho Ultramarino, a influência do momento específico da guerra e da situação diplomática na Europa na apreciação dos pedidos de mercê e a constante preocupação em estimular os vassallos a continuar no serviço real, mesmo após a expulsão dos flamengos. Nos casos de Henrique Dias e Felipe Camarão, a importância dos

⁴⁰ *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.* (trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 1988 [1985], *maxime* pp. 209-334, citação à p. 211.

⁴¹ Cf. o clássico de NOVINSKY, Anita. *Cristãos Novos na Bahia: a Inquisição no Brasil.* São Paulo, Perspectiva, 1992 [1972], 2ª ed., *maxime* pp. 57-140, que trata majoritariamente do período de 1624 a 1654.

⁴² Cf. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana.* Rio de Janeiro, Topbooks, 1997 [1986], 2ª ed. rev. e aum., *maxime* pp. 17, 33-4, 105-204, 409-43; *O Nome e o Sangue*, ob. cit., *maxime* pp. 221-49; *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715.* São Paulo, Ed. 34, 2003 [1995], 2ª ed. rev., pp. 13-213.

⁴³ Sobre a presença judaica, cf. o clássico de MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654.* Recife, FUNDAJ/Massangana, 1996 [1989], 2ª ed., aprofundando uma análise já esboçada em Id. *Tempo dos Flamengos*, ob. cit., pp. 255-75. Cf. também o recente artigo de VAINFAS, Ronaldo. “La diáspora judía entre Amsterdam y el Brasil holandés”. *História y Sociedad*, v. 12, 2006, pp. 11-27.

⁴⁴ Cf., para uma visão geral, CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial.* Bauru, EDUSC, 2006. Para Pernambuco, cf. a recente e exaustiva pesquisa de WADSWORTH, James E. *Agents of Orthodoxy: honor, status, and the Inquisition in colonial Pernambuco, Brazil.* Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

⁴⁵ A bibliografia sobre os militares nesse período é muito reduzida. Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalização na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII.* Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, que porém foca no período posterior e pouco trata dos oficiais, meu interesse principal nesta pesquisa. Para Portugal, cf. principalmente COSTA, Fernando Dore. “O Recrutamento” e “Fidalgos e Plebeus” In: BARATA & TEIXEIRA (dirs.), HESPANHA (coord.). ob. cit., pp. 68-93 e 105-11.

contingentes indígenas e negros exigiu a concessão de mercês para seus líderes, mesmo que estes fossem de *qualidade* inferior, situação presente desde a guerra de resistência. A Mesa de Consciência e Ordens, porém, responsável pelas provanças, se opôs; Camarão conseguiu receber o hábito e uma comenda, ainda durante o reinado de Felipe IV, mas Henrique Dias, embora tenha recebido algumas mercês, jamais gozou do hábito de Cristo. O caso de João Fernandes Vieira é interessante pela enormidade dos pedidos e importância das mercês, ainda que muito menores do que as que desejava, mas também por sua ascensão social meteórica. Estes estudos, assim, são importantes como casos-limite que servem como modelo de pesquisa e demonstram as possibilidades da economia de mercê nessa “conjuntura crítica”, em que os coloniais obtiveram até mesmo as almejadas comendas⁴⁶.

Cleonir Xavier do Albuquerque realizou uma abordagem mais sistemática, englobando todos os requerimentos referentes a serviços da guerra contra os flamengos. Seu trabalho tem a importância de esclarecer o processo burocrático e dar uma visão geral dos serviços prestados, requerimentos feitos e mercês concedidas. Demonstra que os pedidos mais freqüentes são os hábitos e comendas das ordens militares, sobretudo da Ordem de Cristo; depois, postos militares; por último, foros de fidalgo por parte da açucarcocracia e dos que ocuparam altos postos militares. Os principais cabos de guerra também pediram cargos de governo. Os serviços oferecidos eram quase sempre militares, destacando-se também o dispêndio da fazenda dos suplicantes. As consultas do Conselho Ultramarino começaram em 1644, mas as mercês começaram a ser concedidas em remuneração a serviços feitos na guerra da restauração de Pernambuco apenas em meados de 1649, quando o rei já não mais escondia seu envolvimento no conflito. Também somos informados de que muitos pedidos não foram satisfeitos, especialmente de hábitos da Ordem de Cristo, que até 1658 tinham o privilégio de isenção do dízimo. Cargos e outras mercês menores eram mais freqüentemente concedidos⁴⁷. Entretanto, o livro peca por ser apenas descritivo, pouco contribuindo para uma compreensão maior do período. Partindo destes dados e de outras fontes, Evaldo Cabral de Mello menciona o descontentamento geral com as mercês em Pernambuco e destaca que os serviços prestados durante a guerra continuaram a ser até o final do XVII “um critério primordial na concessão de mercês”⁴⁸.

A partir de 1977, Francis A. Dutra publicou vários artigos analisando casos específicos de pedidos de hábitos das ordens militares nesse período. Seu exame acurado do processo de negociação com a Coroa e com a Mesa de Consciência e Ordens o aproxima dos trabalhos de Gonsalves de Mello, mas sua importância também se deve a uma abordagem que insere cada caso no contexto mais amplo das ordens militares lusas⁴⁹. A recente pesquisa de Ronald Raminelli sobre os índios agraciados com mercês elucida como estas eram necessárias para

⁴⁶ “Dom Antônio Felipe Camarão” [1954] In: *Restauradores de Pernambuco: Biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira*. Recife, Imprensa Universitária, 1967, v. 1, pp. 19-20, 23, 29-31 e 58-9, nota 44; *Henrique Dias: governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*. Recife, Fundaj/Massangana, 1988 [1954], pp. 10-23, 44-55 e 66, nota 43; *João Fernandes Vieira*, ob. cit., pp. 305-18; *Antônio Dias Cardoso*, Sargento-Mor do Têrço de Infantaria de Pernambuco. Recife, Universidade do Recife, 1954, pp. 28-41.

⁴⁷ *A remuneração de serviços da guerra holandesa*. Recife, Imprensa Universitária da UFPE, 1968.

⁴⁸ *Rubro Veio*, ob. cit., p. 135; citação à *O Nome e o Sangue*, ob. cit., p. 206.

⁴⁹ “Blacks and the search for rewards and status in seventeenth-century Brazil”. *Proceedings of the Pacific Coast Council on Latin American Studies*, vol. 6, 1979, pp. 25-35; “A hard-fought struggle for recognition: Manuel Gonçalves Dória, first Afro-Brazilian to become a Knight of Santiago”. *The Americas*, vol. 56, n. 1, Julho de 1999, 91-113; “Os dotes dos hábitos das ordens militares de Santiago e de Avis em Portugal e no Brasil do século XVII” In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (ed.). *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 163-75; “The Vieira Family and the Order of Christ”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 40, n. 1, Verão de 2003, pp. 17-31 e “African Heritage and the Portuguese Military Orders in Seventeenth- and Early Eighteenth-Century Brazil: The Case of Mestre de Campo Domingos Rodrigues Carneiro”. Manuscrito, 2007.

assegurar a cooperação militar dos indígenas e para fortalecer a posição social dos chefes nativos, destacando que muitas vezes tais indígenas, porém, não recebiam efetivamente as honrarias e que sua importância para a Coroa era significativa principalmente em situações de conflito ou ameaça militar⁵⁰.

Quadro teórico

Meu propósito não é ensinar aqui o método que cada um deve seguir para bem conduzir sua razão, mas somente mostrar de que modo procurei conduzir a minha.

René Descartes, “Discurso do método” (1637).

O binômio “Centro e Periferia”, frequentemente utilizado pela historiografia sobre os impérios coloniais da era moderna, é importante em minha abordagem. A partir da teorização de Edward Shils, compreendo o centro monárquico como um fenômeno que pertence tanto à ordem dos símbolos, valores e crenças quanto à das instituições que encarnam e reelaboram estes valores. Desse centro emana um tipo de autoridade ligada a certas *qualidades* que dão legitimidade ao domínio das elites, tanto frente a este centro quanto frente à parcela da população periférica que tem incorporado, ainda que de forma relativa, o *sistema central de valores* que legitima a autoridade. Assim, as elites periféricas – e, no que me interessa aqui, coloniais – procuram se relacionar com ele para reforçar o seu poder⁵¹. Esta relação, porém, não é um fato dado, unidirecional e desprovido de conflitos e tensões, mas um processo sem direção pré-determinada, em que pressões são exercidas de todos os lados e a autoridade do centro é questionada e reafirmada constantemente⁵².

Minha referência teórica maior, porém, é o trabalho do sociólogo Pierre Bourdieu, autor influente na historiografia portuguesa sobre a época moderna⁵³. Seu conceito de *habitus* representa a sociedade incorporada e reelaborada no indivíduo; significa fazer o que é apropriado mesmo sem um cálculo racional. É, assim, um conhecimento prático, que se mostra também como um juízo classificatório. Desta maneira, cada um adquire e demonstra, para os portadores do mesmo *habitus*, um sentido do seu próprio lugar na sociedade, assim como um sentido do lugar dos outros agentes. Por último, é preciso entender o *habitus* como um princípio gerador de atitudes, não uma regra fixa⁵⁴. Este conceito vem sendo utilizado para explicar o *ethos* do serviço ao rei e de manutenção da casa da aristocracia de Corte

⁵⁰ “Honra malograda dos chefes potiguar, 1630-1695”. Manuscrito, 2007.

⁵¹ “Centro e Periferia” [1961] In: Id. *Centro e Periferia*. (trad.) Lisboa, Difel, 1992, pp. 55-71. Para sua utilização na historiografia sobre os impérios coloniais modernos, cf. BUSHNELL, Amy Turner & GREENE, Jack P. “Peripheries, Centers and the Construction of Early Modern American Empires” In: DANIELS, Christine & KENNEDY, Michael V. (eds.). *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York & London, Routledge, 2002, pp. 3-4; no mesmo livro, para o Brasil, cf. RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Centers and Peripheries in the Luso-Brazilian World, 1500-1808”, pp. 105-42, embora este autor não empregue as reflexões de Shils explicitamente.

⁵² Inspiro-me em ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. (trad.) Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993 [1939], v. 2.

⁵³ Cf. OLIVAL, Fernanda. “La Historiografía sobre Órdenes Militares portuguesas en el período moderno: balance y tendencias (1970-2002)”. *Studia Historica*, vol. 24, 2002, p. 202.

⁵⁴ Cf., dentre outros, BOURDIEU, Pierre. “Estrutura, Habitus e Prática” [1967] In: Id. *A economia das trocas simbólicas*. (trad.) São Paulo, Perspectiva, 2005, 6ª ed., pp. 337-61; Id. “A gênese dos conceitos de *habitus* e campo” [1985] In: Id. *O Poder Simbólico*. (trad.) Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 8ª ed., pp. 59-73; e Id. & WACQUANT, Loïc J.D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago, The University of Chicago Press, 1992, pp. 115-40.

portuguesa⁵⁵, mas, penso também ser possível pensar em um *habitus* do servidor da monarquia produzido pela economia de mercê, como já foi sugerido por Hespanha⁵⁶.

Seu conceito de *capital*, por sua vez, significa poder sobre o produto acumulado do trabalho passado em determinado campo, não apenas econômico, mas também cultural e político, dentre outros. O *habitus* também implica, em alguma medida, a incorporação do sistema central de valores de que fala Shils. É através dele que alguns destes capitais são reconhecidos como legítimos e assim transformam-se em *capitais simbólicos*, que tornam aceitáveis as diferenças de posição entre as pessoas ao naturalizar as distinções e retirar delas sua arbitrariedade⁵⁷. Seguindo a historiografia lusa, utilizarei esse conceito para pensar a honra garantida pelos hábitos e comendas. Ainda de acordo com Bourdieu, o Estado tem um papel essencial, pois é o detentor privilegiado do senso comum e instância oficial legitimadora que monopoliza, em algum grau, o poder classificatório e, conseqüentemente, a capacidade de conceder privilégios no Antigo Regime⁵⁸.

Objetivos

Espero também que me não critiquem a ambição excessiva, o desejo e a necessidade de ver em grande e ao longe; a história não está irremediavelmente condenada a ter de se remeter ao estudo dos jardins entre muros.

Fernand Braudel, “O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II” (1949).

- 1 - Entender o funcionamento da economia de mercê em um dos seus momentos de realização, isto é, nos requerimentos dos suplicantes e consultas do Conselho Ultramarino.
- 2 - Compreender a importância das mercês – especialmente o hábito da Ordem de Cristo – para a posição social dos suplicantes à luz de suas trajetórias.
- 3 – Relacionar as diferenças e semelhanças entre as capitanias estudadas com as características mais gerais das sociedades e elites de cada capitania.

Fontes e Metodologia

O historiador social é seu próprio estatístico.

Christophe Charle, “Como anda a história social das elites e da burguesia?” (1991).

As principais fontes primárias que utilizarei são os pedidos de mercê e consultas do Conselho Ultramarino que incluem hábitos das ordens militares existentes nos códices Bahia Avulsos, Bahia Luiza da Fonseca e Pernambuco Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Os requerimentos incluem um resumo inicial em que o suplicante se identifica, com informações como filiação, naturalidade, moradia (estas três nem sempre presentes), ofício, posto militar ou alguma indicação de sua posição social, um resumo dos serviços (destacando o tempo e a qualidade deles) e as mercês desejadas. Em seguida, há uma série de certidões, geralmente de superiores

⁵⁵ MONTEIRO, Nuno G. “O *ethos* da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre casa e serviço ao rei” [1998] In: Id. ob. cit., pp. 83-103, *maxime* p. 84, nota 168.

⁵⁶ “Les autres raisons de la politique”, art. cit., p. 74.

⁵⁷ Cf., dentre outros, BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico” [1973] e “Espaço Social e Gênese de Classes” [1984] In: Id. *O poder simbólico*. ob. cit., pp. 7-15 e 133-61; e Id. “Espaço social e poder simbólico” [1986] In: *Coisas Ditas*. (trad.) São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 149-68; Id. & WACQUANT, Loïc. ob. cit., pp. 140-74.

⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. “Espíritos de Estado” [1991] In: Id. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. (trad.) Campinas, Papirus, 1996, pp. 91-135 & Id. “De la maison du roi à la raison d’État”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 118, junho de 1997, pp. 55-68.

militares, mas também eventualmente de governadores e mesmo de outras autoridades, como religiosos. Para evitar fraudes, elas deviam ser autenticadas pelo juiz das justificações, geralmente o ouvidor do Estado do Brasil, no caso da Bahia. Inclusas também se encontram folhas corridas para provar que o requerente não cometeu crimes nem no Reino nem no Brasil, assim como uma certidão do registro das mercês para demonstrar que não recebeu remuneração pelos serviços que está apresentando.

As consultas resumiam o pedido e as certidões apresentadas no requerimento, apresentando as principais informações e incluindo breves relatos dos serviços, seguidos pelo parecer do Conselho Ultramarino sobre as mercês que deviam ser concedidas⁵⁹. Através de um exame de todos os documentos identificados nos resumos como pedido de mercês, encontrei 50 pedidos para a Bahia e 23 para Pernambuco entre 1644 e 1676, referentes à luta contra os neerlandeses que incluíssem no requerimento hábitos das Ordens Militares, quase sempre de Cristo.

Nos últimos dois anos, trabalhei com essa documentação para a Bahia, no período de 1641-1710, como parte da pesquisa para a bolsa PIBIC CNPq/UFF, sob a orientação do professor Ronald Raminelli. Para o período da Restauração, identifiquei que praticamente todos os suplicantes eram oficiais reinóis da tropa paga que haviam ascendido desde o posto de soldado, de origens sociais modestas. Pediam mercês para si e, em menor grau, para a família; demandavam altas tenças e, em 9 casos, comendas, além de ofícios e postos militares em mais da metade dos casos. Era a remuneração que requeriam por seus muitos anos de serviço militar (em média, mais de duas décadas) e, para garanti-la, procuravam obter certidões das pessoas mais importantes a que tinham acesso, inclusive cavaleiros das ordens militares, especialmente da Ordem de Cristo.

Para o presente projeto de Mestrado, decidi reduzir o recorte temporal e ampliar o número de fontes, de modo a poder analisar mais acuradamente o período e obter mais informações sobre os suplicantes. Assim, vou trabalhar também com o Códice Mercês Gerais do Arquivo Histórico Ultramarino, nomeadamente os códices 79 a 85 do Livro de Registros de Consultas dos Pedidos de Mercê⁶⁰, estruturado de forma similar às consultas mencionadas acima, mas mais completo, permitindo então uma visão dos pedidos de forma seriada. Além disso, encontrei no Projeto Resgate algumas dezenas de outros documentos referentes a alguns suplicantes, como outros requerimentos, consultas sobre o provimento de postos militares, certidões, informações sobre serviços e crimes.

Procurarei mais dados em obras de referência, especialmente o livro de Francisco de Assis Carvalho Franco, “Nobiliário Colonial”⁶¹, que tem breves notas biográficas de 698 homens que foram recompensados por serviços no Brasil, em sua maioria na guerra contra os flamengos. Embora muitos desses homens não tenham efetivamente se tornado cavaleiros⁶², poderei ao menos descobrir quais receberam as mercês. Utilizarei os “Anais Pernambucanos”, de Pereira da Costa – uma narrativa da história de Pernambuco do início do século XX que compilou uma grande quantidade de informações – com o intuito de obter informações auxiliares. As narrativas de guerra e crônicas do período holandês também serão analisadas com este objetivo, pois elas esclarecem de passagem a condição social de diversos indivíduos⁶³. Num exame preliminar, encontrei dados sobre diversos suplicantes nestas fontes. No mesmo sentido, utilizarei a “Nobiliarchia Pernambucana” de A. J. V. Borges da Fonseca⁶⁴.

⁵⁹ Cf. ALBUQUERQUE, ob. cit., pp. 13-21, para uma descrição desta documentação.

⁶⁰ Seu índice alfabético (incompleto) está em *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1936, vol. 58, pp. 339-474. Agradeço ao Professor Francis Dutra por esta indicação, pelo envio dos seus artigos e pelos esclarecimentos via e-mail.

⁶¹ São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro, 1941.

⁶² DUTRA, “Os dotes dos hábitos das ordens militares de Santiago e de Avis ...”, art. cit., p. 164.

⁶³ MELLO, *Rubro Veio*, ob. cit. p. 184.

⁶⁴ *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vols. 47-8, 1935.

A utilização destas fontes será facilitada pela apurada crítica histórica a que elas já foram submetidas⁶⁵, mas terei em mente que frequentemente contêm imprecisões.

Buscarei na documentação principalmente as seguintes informações: naturalidade, idade, cargos ocupados, duração, tipo e importância dos serviços, riqueza, parentesco, moradia e, principalmente, origem e posição social. Pretendo construir um quadro geral que possibilite ver regularidades e diferenças, temporal, geograficamente e entre os suplicantes. Além disso, procurarei relacionar serviços, posição social e conjuntura para compreender as consultas do Conselho Ultramarino e seus critérios, relacionando-a com a sua atuação mais geral. Por último, destacarei trajetórias específicas sobre as quais eu obtiver mais informações, com o objetivo de perceber nuances difíceis de serem distinguidas numa visão mais ampla, enfocando tanto casos modais quanto excepcionais. Assim, os compararei com as biografias citadas acima, e por fim os analisarei dentro do quadro geral, na tentativa de equilibrar estes dois níveis de análise, o geral e o particular⁶⁶.

Como hipóteses iniciais, penso que os serviços dos militares de carreira foram, em sua maioria, considerados mais importantes pelo Conselho Ultramarino do que os da açucarocracia, pois os primeiros serviram por mais tempo. Além disso, o fato de em sua maioria não possuírem propriedades (o que significaria uma diminuição da arrecadação do dízimo até 1658) provavelmente também pesou a seu favor. Para esses oficiais, penso que o hábito permitiria coroar uma trajetória de ascensão social, enquanto para a açucarocracia este era uma das maneiras de legitimar seu domínio local e a sua proeminência na restauração de Pernambuco, aumentando a legitimidade do discurso nativista. Por último, creio que provavelmente os militares de carreira predominaram entre os suplicantes da Bahia, enquanto em Pernambuco a açucarocracia representou uma parcela significativa, por ter participado diretamente na luta contra os neerlandeses.

Relevância

Necessário é logo que haja prêmios para que haja soldados.

Padre Antônio Vieira, “Sermão da Visitação de Nossa Senhora” (1640).

A bibliografia sobre o século XVII é reduzida, especialmente para a Bahia. A partir da análise documental, procurarei trazer mais dados para o debate sobre este período, crucial em vários sentidos. Nesta época, a nova dinastia bragantina se afirmava, enquanto lutava pela manutenção de suas possessões coloniais, dois processos em que a economia de mercê exerceu um papel fundamental. Para Pernambuco, foi um momento fundador de todo o discurso político das elites durante dois séculos, embora para a Bahia a importância tenha sido menor. A comparação permitirá adensar a discussão sobre as diferenças e semelhanças entre as duas capitanias, através do levantamento de mais dados. Além disso, obterei mais informações sobre a atuação do Conselho Ultramarino nas consultas das mercês, campo importante, mas ainda pouco estudado. Por último, a análise social dos suplicantes permitirá

⁶⁵ Cf. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “A História da Guerra de Pernambuco e O Castrioto Lusitano” e “A Nobiliarquia Pernambucana” In: Id. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife, FUNDARPE, 1986 [1960], 2ª ed., pp. 109-33 e 147-194; MELLO, *Rubro Veio, maxime* pp. 71-104. Esta busca, guiada pelo nome dos suplicantes, inspira-se metodologicamente em GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico” [1979] In: Id. & CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. (trad.) Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1991, pp. 169-78.

⁶⁶ Para um exemplo metodológico neste sentido, cf. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. (trad.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000 [1985]; para uma discussão propriamente metodológica sobre a biografia em História, cf. Id. “Usos da Biografia” [1989] In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 167-182.

um conhecimento melhor sobre os militares luso-brasileiros, o serviço ao rei como forma de ascensão social e as elites coloniais.

Cronograma de trabalho

O explorador sabe, antecipadamente, que o itinerário que traçou ao partir não será seguido ponto a ponto. Ao não o ter, porém, ele arriscará errar eternamente a esmo.

Marc Bloch, “Apologia da História ou O Ofício do Historiador” (1949).

Primeiro, examinarei o Códice Mercês Gerais do Arquivo Histórico Ultramarino, etapa que se prolongará até meados de Outubro de 2008. Em seguida, terminarei o exame dos pedidos e consultas referentes à Bahia por volta de Novembro de 2008. Posteriormente, até Fevereiro de 2009 finalizarei o escrutínio dos pedidos e consultas referentes a Pernambuco. Aproveitando a maior disponibilidade de tempo com a conclusão das matérias obrigatórias do Mestrado, analisarei até Maio de 2009 os outros documentos sobre os suplicantes disponíveis no Projeto Resgate, quando me deterei para redigir o material requerido pelo exame de qualificação, a ser realizado em Agosto. Em seguida, examinarei a documentação publicada até Outubro. Em Novembro, sistematizarei os dados obtidos através de tabelas, fichas e porcentagens, de modo a facilitar a produção do texto final da dissertação, a ser entregue em Fevereiro de 2010, para defesa no início de Março. Durante todo o período, continuarei a me dedicar à leitura da bibliografia pertinente e à análise dos dados coletados, de modo a poder participar de eventos acadêmicos para debater e enriquecer a pesquisa, ao mesmo tempo em que adianto a produção da dissertação.

Bibliografia

So many books, so little time.

Anônimo.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco:

Bahia – Avulsos:

Caixas 1 e 2.

Bahia – Luiza da Fonseca:

Caixas 9 a 24.

Pernambuco – Avulsos:

Caixas 4 a 11.

Códices:

Mercês Gerais, Livro de Registros de Consultas dos Pedidos de Mercê, códices 79 a 85.

Fontes Publicadas:

BORGES DA FONSECA, A. J. V. “Nobiliarchia Pernambucana”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vols. 47-8, 1935 [1748-81].

CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EdUSP, 1987 [1648], 2v.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. (trad.) São Paulo, Beca, 2003 [1654].

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasilica; Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brasil*. São Paulo, Beca Produções Culturais, 2001 [1675].

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno da eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Recife, CEPE, 2004 [final da década de 1660].

Obras de Referência:

“Índice do Códice Mercês Gerais”. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 58. Rio de Janeiro, 1936, pp. 339-474.

FONSECA, Luiza da. “Índice abreviado dos documentos do século XVII do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa” In: *Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia*, vol. 2. Salvador, Tipografia Beneditina Ltda., 1950, pp. 7-353.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Nobiliário Colonial*. São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro, 1941.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Anais Pernambucanos*. Vols 1-4 (1493-1700) e 11 (índice onomástico e de assuntos). Recife, FUNDARPE, 1983-7.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949.

Teses, artigos, capítulos e livros citados:

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços da guerra holandesa*. Recife, Imprensa Universitária da UFPE, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BARATA, Manuel T. & TEIXEIRA, Nuno S. (dirs.), HESPANHA, António M. (org.). *Nova História Militar de Portugal*, v. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

- BARROS, Edval de Souza. “*Negócios de Tanta Importância*”: O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2004.
- BICALHO, Maria Fernanda. “Conquista, Mercês e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. *Almanack Braziliense*, n. 2, Novembro 2005, pp. 21-34.
- _____. “As Tramas da Política” In: GOUVÊA, Maria de Fátima & FRAGOSO, João (orgs.). *Na Trama das Redes: Política e negócios no imperio português, sécs. XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007 (no prelo).
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. (trad.) São Paulo, Perspectiva, 2005, 6ª ed.
- _____. *O Poder Simbólico*. (trad.) Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 8ª ed.
- _____. *Coisas Ditas*. (trad.) São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. (trad.) Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. “Estrutura, Habitus e Prática” [1967] In: Id. *A economia das trocas simbólicas*. (trad.) São Paulo, Perspectiva, 2005, 6ª ed., pp. 337-61.
- _____. “Sobre o poder simbólico” [1973] In: Id. *O Poder Simbólico*. (trad.) Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 8ª ed., pp. 7-15.
- _____. “Espaço Social e Gênese de Classes” [1984] In: Id. *O Poder Simbólico*. (trad.) Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 8ª ed., pp. 133-61.
- BOURDIEU, Pierre. “A gênese dos conceitos de *habitus* e campo” [1985] In: Id. *O Poder Simbólico*. (trad.) Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, 8ª ed., pp. 59-73.
- _____. “Espaço social e poder simbólico” [1986] In: Id. *Coisas Ditas*. (trad.) São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 149-68.
- _____. “Espíritos de Estado” [1991] In: Id. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. (trad.) Campinas, Papyrus, 1996, pp. 91-135.
- _____. “De la maison du roi à la raison d’État”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. V. 118, Junho de 1997, pp. 55-68.
- _____. & WACQUANT, Loïc J.D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago, The University of Chicago Press, 1992.
- BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. (trad.) São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973 [1952].
- _____. *The Dutch in Brazil: 1624-54*. Oxford, Clarendon Press, 1957.
- _____. *O império marítimo português: 1415-1825*. (trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 2002 [1969].
- BUSHNELL, Amy Turner & GREENE, Jack P. “Peripheries, Centers and the Construction of Early Modern American Empires” In: DANIELS, Christine & KENNEDY, Michael V. (eds.). *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York & London, Routledge, 2002, pp. 1-14.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo, Perspectiva, 2005 [1983], 3ª ed. rev. e amp.
- COSTA, Fernando Dores. “O Recrutamento” In: BARATA, Manuel T. & TEIXEIRA, Nuno S. (dirs.), HESPANHA, António M. (org.). *Nova História Militar de Portugal*, v. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 68-93.
- COSTA, Fernando Dores. “Fidalgos e Plebeus” In: BARATA, Manuel T. & TEIXEIRA, Nuno S. (dirs.), HESPANHA, António M. (org.). *Nova História Militar de Portugal*, v. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 105-11.

- DUTRA, Francis A. "Membership in the Order of Christ in the Seventeenth Century: Its rights, privileges, and obligations". *The Americas*, 27:1, Julho de 1970, pp. 3-25.
- _____. "Blacks and the search for rewards and status in seventeenth-century Brazil". *Proceedings of the Pacific Coast Council on Latin American Studies*, vol. 6, 1979, pp. 25-35.
- _____. "A hard-fought struggle for recognition: Manuel Gonçalves Dória, first Afro-Brazilian to become a Knight of Santiago". *The Americas*, vol. 56, n. 1, Julho de 1999, 91-113.
- _____. "Os dotes dos hábitos das ordens militares de Santiago e de Avis em Portugal e no Brasil do século XVII" In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (ed.). *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 163-75.
- _____. "The Vieira Family and the Order of Christ". *Luso-Brazilian Review*, vol. 40, n. 1, Verão de 2003, pp. 17-31.
- _____. "African Heritage and the Portuguese Military Orders in Seventeenth- and Early Eighteenth-Century Brazil: The Case of Mestre de Campo Domingos Rodrigues Carneiro". Manuscrito, 2007.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. (trad.) Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993 [1939], v. 2.
- FRAGOSO, João. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)". *Topoi*, n. 1, 2000, pp. 45-122.
- FRAGOSO, João. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa". *Tempo*, n. 15, 2003, pp. 11-35.
- _____. "Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)" In: Id., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.) *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, pp. 33-120.
- _____, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GINZBURG, Carlo & PONI, Carlo. "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico" [1979] In: Id. & CASTELNUOVO, Enrico. *A micro-história e outros ensaios*. (trad.) Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1991, pp. 169-78.
- HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- HESPANHA, António M. "Les autres raisons de la politique. L' économie de la grâce" In: SCHAUB, Jean-Frédéric (ed.). *Recherches sur l'histoire de l'État dans le monde ibérique (XVe.-XXe. siècles)*. Paris, Presses de l'École Normale Supérieure, 1993, pp. 67-86.
- _____. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes" In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-88.
- HESPANHA, António M. "As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna" In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Portugal: EDUSC/Editora UNESP/Instituto Camões, 2001, pp. 117-81.
- _____. "Depois do Leviathan". *Almanack Braziliense*, n. 5, Maio de 2007, pp. 55-66.
- _____ & XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do Poder" In: MATTOSO, José (ed.) & HESPANHA, António M. (org.). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 121-45.

- _____. “As redes clientelares” In: MATTOSO, José (ed.) & HESPANHA, António M. (org.). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 381-93.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. (trad.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000 [1985].
- _____. “Usos da Biografia” [1989] In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, pp. 167- 182.
- MARAVALL, José A. *Poder, honor y élites en el siglo XVII*. Madri, Siglo XXI, 1989 [1979], 3ª ed.
- MATTOSO, José (ed.) & HESPANHA, António M. (org.). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo, Ed. 34, 2007 [1975], 3ª ed. definitiva.
- _____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997 [1986], 2ª ed. rev. e aum.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000 [1989], 2ª ed. rev.
- _____. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo, Ed. 34, 2003 [1995], 2ª ed. rev.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks/Univercidade, 2007 [1947], 5ª edição.
- _____. “Dom Antônio Felipe Camarão” [1954] In: Id. *Restauradores de Pernambuco: Biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira*. Recife, Imprensa Universitária, 1967, v. 1.
- _____. *Antônio Dias Cardoso, Sargento-Mor do Têrço de Infantaria de Pernambuco*. Recife, Universidade do Recife, 1954.
- _____. *Henrique Dias: governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*. Recife, Fundaj/Massangana, 1988 [1954].
- _____. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa, CNCDP, 2000 [1956].
- _____. “A História da Guerra de Pernambuco e O Castrioto Lusitano” In: Id. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife, FUNDARPE, 1986 [1960], 2ª ed., pp. 109-33.
- _____. “A Nobiliarquia Pernambucana” In: Id. *Estudos Pernambucanos: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. Recife, FUNDARPE, 1986 [1960], 2ª ed., pp. 147-194.
- _____. *Gente da Nação: Cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife, FUNDARPE/Massangana, 1996 [1989], 2ª ed.
- MONTEIRO, Nuno G. “Poder Senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia” In: MATTOSO, José (ed.) HESPANHA, António M. (org.). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 333-379.
- _____. “Elites locais e mobilidade social em Portugal em finais do Antigo Regime”. [1997] In: Id. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, pp. 37-81.
- _____. “O ethos da aristocracia portuguesa sob a dinastia sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre casa e serviço ao rei” [1998] In: Id. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, pp. 83-103.
- _____. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

_____. “17th and 18th century Portuguese Nobilities in the European Context: A historiographical overview”. *e-Journal of Portuguese History*, v. 1, n. 1, Verão 2003, pp. 1-15.

_____. “A Guerra da Aclamação” In: BARATA, Manuel T. & TEIXEIRA, Nuno S. (dirs.), HESPANHA, António M. (org.). *Nova História Militar de Portugal*, v. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 268-81

_____. “O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. *Almanack Braziliense*, n. 2, Novembro 2005, pp. 4-20.

MYRUP, Erik L. *To Rule from Afar: The Overseas Council and the Making of the Brazilian West, 1643-1807*. Tese de Doutorado. New Haven, Yale, 2006.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos Novos na Bahia: a Inquisição no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1992 [1972], 2ª ed.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa, Estar, 2001.

_____. “Juristas e Mercadores à conquista das honras” In: GODINHO, Vitorino Magalhães, VALÉRIO, Nuno e FERREIRA, Jaime (dirs.). *Revista de Historia Económica e Social*, n. 4, 2ª série/2º semestre de 2002, pp. 7-53.

_____. “La Historiografía sobre Órdenes Militares portuguesas em el período moderno: balance y tendencias (1970-2002)”. *Studia Historica*, vol. 24, 2002, pp. 193-206.

_____. “Structural Changes within the 16th-century Portuguese Military Orders”. *e-Journal of Portuguese History*, v. 2, n. 2, Inverno 2004, pp. 1-20.

_____. “An Elite? The Meaning of Knighthood in the Portuguese Military Orders of the Seventeenth and Eighteenth Centuries”. *Mediterranean Studies*, v. 15, 2006, pp. 117-26.

RAMINELLI, Ronald. “Serviços e mercês de vassallos da América Portuguesa”. *Historia y Sociedad*, n. 12, 2006, pp. 107-31.

_____. “Honra malograda dos chefes potiguar, 1630-1695”. Manuscrito, 2007.

RICÚPERO, Rodrigo M. “Honras e Mercês”. Poder e Patrimônio nos primórdios do Brasil. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Centers and Peripheries in the Luso-Brazilian World, 1500-1808” In: DANIELS, Christine & KENNEDY, Michael V. (eds.). *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*. New York & London: Routledge, 2002, pp. 105-42.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. (trad.) São Paulo, Companhia das Letras, 1988 [1985].

_____. “The Voyage of the Vassals: Royal Power, Noble Obligations, and Merchant Capital before the Portuguese Restoration of Independence, 1624-1640”. *The American Historical Review*, Vol. 96, n. 3, Junho de 1991, pp. 735-62.

SHILS, Edward. “Centro e Periferia” [1961] In: Id. *Centro e Periferia*. (trad.) Lisboa, Difel, 1992, pp. 55-71.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalização na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo, Editora UNESP, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. “Motines, revueltas y revoluciones en la América portuguesa de los siglos XVII y XVIII”. In: TANDETER, Enrique & LEHUEDÉ, Jorge Hidalgo (orgs.).

Historia General de América Latina: procesos americanos hacia la redefinición colonial. Paris, Ediciones Unesco/Editorial Trotta, 2000, v. 4, pp. 459-473.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Portugal: EDUSC/Editora UNESP/Instituto Camões, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. “La diáspora judía entre Amsterdam y el Brasil holandés”. *História y Sociedad*, v. 12, 2006, pp. 11-27.

VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração, 1640-1680*. (trad.) Lisboa, A Esfera dos Livros, 2006 [1998].

WADSWORTH, James E. *Agents of Orthodoxy: honor, status, and the Inquisition in colonial Pernambuco, Brazil*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

Artigos, capítulos e livros consultados:

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. (trad.) Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000 [1933].

FLORY, Rae & SMITH, David Grant. “Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries”. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 58, n. 4, Novembro de 1978, pp. 571-94.

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima S. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. *Penélope*, número 23, 2000, pp. 67-88.

MONTEIRO, Nuno G., CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

LEVI, Giovanni. “Reciprocidad Mediterranea” (trad.) *Tiempos Modernos – Revista Eletrónica de Hist. Moderna*, Vol 3, 2002 [2000].

MONTEIRO, Nuno G. *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. (trad.) Brasília, Editora da UnB, 1981 [1968].

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e Sociedade no Brasil colonial. A Suprema Corte da Bahia e seus juízes, 1609-1751*. (trad.) São Paulo, Editora Perspectiva, 1979 [1973].

Resumo:

Em 1640, a Restauração demandou uma recriação dos laços de vassalagem entre a monarquia e seus súditos, com a ascensão da dinastia dos Bragança. A economia de mercê exerceu então um papel crucial. Servir a Coroa tornou-se um modo de vida e estratégia de ascensão social para certos grupos sociais. Os hábitos das Ordens Militares, especialmente da Ordem de Cristo, compuseram grande parte das mercês régias, devido a sua importância social e aos privilégios que acarretavam. Pesquiso então a requisição dos hábitos na Bahia e Pernambuco durante a “conjuntura crítica” da Restauração portuguesa. Os objetivos são a definição do perfil social dos suplicantes, a importância dos hábitos para eles, os serviços que oferecem à Coroa e a apreciação do Conselho Ultramarino sobre estes mesmos serviços. Desta maneira, tenciono contribuir para o entendimento da economia de mercê e da estruturação das elites coloniais, em perspectiva comparada.

Abstract:

In 1640, the Portuguese Restoration and the ascension of the Bragança dynasty demanded a recreation of the bonds between the monarchy and its subjects. The economy of reward had a crucial role then. To serve the Crown became a way of life and a strategy of social promotion for some groups. The habits of the Military Orders, specially of the Order of Christ, were a large part of the royal rewards, because of its social importance and the privileges it implied. My research focuses on the requisition of habits in Bahia and Pernambuco during the “critical conjuncture” of the Portuguese Restoration. My objectives are the definition of the social profile of the vassals requesting the habits, the importance of the habits to them, the services they offered to the Crown and the appreciation of these services by the Overseas Council. This way, I intend to contribute to the understanding of the economy of reward and the structuration of colonial elites, in a comparative perspective.